

**O TRABALHO DA FILOLOGIA TEXTUAL:
DESCORTINANDO ALGUNS ASPECTOS
DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA NA BAHIA**

Maria da Conceição Reis Teixeira (UNEB/SALT)
conceicaoreis@terra.com.br

1. Introdução

A filologia textual tem como objeto material de estudo o texto, seja este lavrado em quaisquer épocas ou gêneros textuais. Ao se debruçar sobre o texto, o filólogo, além de buscar restituir-lhe a autenticidade, a genuinidade, faz emergir o conteúdo que se encontrava adormecido em seus fôlios ou folhas empoeiradas e, muitas vezes, parcial ou totalmente danificadas, disponibilizando-o tanto para o leitor comum como para o especialista.

Através do trabalho de resgate da obra e da recuperação do texto, o filólogo estará contribuindo para a compreensão do período em que os textos foram lavrados e, por conseguinte, para desvendar alguns aspectos da história sócio-política, cultural, literária e linguística de uma sociedade.

No presente trabalho, almeja-se, a partir de uma incursão nos acervos documentais, discutir a contribuição do trabalho executado pelo filólogo do texto no concernente ao desvendar de aspectos relacionados ao movimento abolicionista na Bahia, a partir de uma incursão nos acervos documentais baianos.

2. Um trabalho filológico em desenvolvimento

O recorte aqui focado é uma pequena amostra selecionada do projeto de pesquisa *Edição e estudo de textos literários e não literários publicados em periódicos*, idealizado e coordenado por Maria da Conceição Reis Teixeira, implementado na Universidade do Estado da Bahia. Deste projeto maior, encontram-se em desenvolvimento dois subprojetos, a saber: 1) *Edição e estudo de textos abolicionistas publicados em periódicos baianos*, cujo principal propósito é, a partir dos fundamentos teórico-metodológicos da filologia textual, recolher, editar e estudar os textos que façam menção aos homens e mulheres africanos que foram trazidos para o Brasil para trabalhar na condição de escravizados. 2) *Edição e es-*

tudos dos textos literários e não-literários veiculados no periódico O Conservador.

Incubem-se do subprojeto *Edição e estudo de textos abolicionistas publicados em periódicos baianos* duas bolsistas de iniciação científica que estão visitando os acervos baianos onde encontram armazenados os periódicos do século XIX a fim de recolhe os textos e de transcrevê-los. Ainda atuam neste subprojeto duas mestrandas que, a partir da análise de alguns textos já recolhidos do *Diário da Bahia* e do *Echo Santamarrense*, desenvolvem estudos a respeito do discurso abolicionista ou antiabolicionista, respectivamente. Do segundo subprojeto, encarrega-se uma bolsista de iniciação científica, cujos trabalhos ainda se encontram em fase inicial.

A preocupação, em particular, com os textos que fazem referência aos escravizados publicados em periódicos deve-se ao fato do suporte dos jornais ser muito vulnerável, em função da qualidade do material utilizado na sua confecção. Normalmente, uma vez destruídos jamais poderão ser restaurados, o que significa dizer a sua destruição de forma definitiva. Outra razão pelo recorte feito está no fato de não se poder perder de vista que muitos aspectos sobre os homens e mulheres africanos, que foram trazidos à força para serem explorados no trabalho escravo, ainda hoje no século XXI, encontram-se lacunares. Além disso, uma incursão nos acervos baianos na tentativa de coligir os textos lavrados no Brasil Colonial, editando-os segundo os aportes da filologia textual, contribuirá sobremaneira para a compreensão de aspectos ainda obscuros sobre este povo que muito sofreu em nome do desenvolvimento econômico, político e social do país.

Quanto aos textos literários publicados em periódicos, o interesse em resgatá-los nasceu do conhecimento de que, durante o século XIX, não havia uma política editorial voltada à publicação da produção intelectual brasileira e, conseqüentemente, boa parte dos escritores brasileiros se serviu deste espaço para divulgar as suas produções. Fato é que os intelectuais baianos não foram profícuos apenas na criação literária. Estabeleceram alianças sob a égide de um jornal literário com a finalidade de abrigar os escritores, na tentativa de contornar o problema da falta de uma política editorial no Brasil. Infelizmente, alguns tiveram vida efêmera e outros, vida longa. Acredita-se que a localização e a leitura dos vários periódicos que circularam na Bahia durante este período poderão contribuir de forma significativa para que se possa traçar um perfil mais real da historiografia literária baiana, bem como a uma prática leitora.

As primeiras incursões nos acervos baianos permitiram localizar os periódicos *A Pena*, *Diário da Bahia*, *Gazeta da Bahia* e *Correio da Bahia*, *Jornal da Bahia*, *Jornal de Notícias*, *O Monitor*, *Echo Santama-rensense* (1869-1888), o *Conservador*, dentre outros.

No trabalho de leitura e recolha dos textos abolicionistas, tomou-se como ponto de partida o *Diário da Bahia*. Periódico fundado em 1856, órgão da facção liberal que reunia a elite daquela época, circulava diariamente, exceto às segundas-feiras, apresentando a seguinte estrutura: artigo de fundo, noticiário – do Brasil e do exterior, folhetim, parte oficial, publicações a pedido, repartição de polícia, anúncios e obituário. Era o periódico de maior circulação no período que se engajou na propaganda Abolicionista na Bahia. Tinha como uma de suas bandeiras a promoção da abolição, ou seja, seu engajamento em prol do movimento abolicionista, para que o Brasil tornasse uma nação do trabalho escravo.

Este periódico veiculou em suas páginas textos de gêneros e tipologias diferentes. Sobre a temática do abolicionismo, veiculou, em suas páginas, artigos, notícias sobre as alforrias realizadas na Bahia e em outros estados, leis, matérias pagas pelos que defendiam o abolicionismo. Na seção intitulada *Anúncio*, coluna que normalmente ocupa o maior espaço, exatamente de duas folhas das quatro páginas totais do jornal, é possível localizar um número significativo de anúncios cujo objeto tematizado é o africano ou seu descendente escravizado. São pequenos textos informando sobre a fuga de escravos, vendendo, comprando ou alugando mão de obra escrava.

Dentre os textos recolhidos até o momento encontram-se editoriais, classificados, noticiários, repartição de polícia, obituário, publicações a pedidos e de discursos proferidos no senado, decretos, projetos e leis, diferentes propostas para a abolição. Do ano de 1871 transcreveu-se 54 textos. São textos de tamanho variado, conforme já mencionado, reveladores de aspectos históricos, culturais, sociais e linguísticos sobre o africano e seus descendentes que para o país foram trazidos e escravizados.

Em função da impossibilidade de seu manuseio, dado o estado de conservação, o trabalho de recolha dos textos no *Diário da Bahia* foi interrompido, passando-se, portanto a recolha dos textos no *O Correio Mercantil*. O periódico baiano, criado em 1833, ideologicamente comprometido com os interesses do Império, defendia os propósitos dos que praticavam o comércio de escravos cujo lema era “Liberdade, união e tolerância”. De sua fundação até o ano de 1839 foi dirigido por João

Antônio de Sampaio Vianna e a partir de 1840 a administração do periódico ficou a cargo do seu irmão Luiz Antônio de Sampaio Vianna.

Estruturalmente falando, era um periódico de pequeno porte, apresentava apenas quatro páginas, distribuídas em quatro colunas e seis seções, a saber: *PARTE OFFICIAL*, *RIO DE JANEIRO*, *BAHIA*, *INTERIOR e/ou EXTERIOR*. Veiculava informações sobre o comércio, leis e normas, lista de funcionários públicos, anúncios principalmente de compra, aluguel, venda, fugas e captura de escravos.

Da leitura sistemática da coleção do *Correio Mercantil* referente aos anos 1836, 1842 e 1853, foram recolhidos, até o momento, setenta e um textos, sendo na sua maioria anúncios de fuga, compra e aluguel de escravos, comunicados de prisões de escravos fugidos ou suspeitos de participarem em mobilização em prol dos ideais liberais.

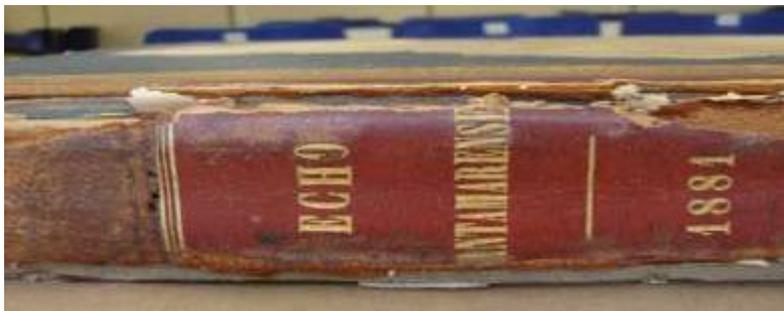


Fig.1: Fotografia da Coleção *Echo Santamarense*, 1881.

Passa-se agora a tratar do *Echo Santamarense: jornal político, commercial e agrícola*, periódico fundado em Santo Amaro, cidade que gozou de grande de prestígio político e econômico do Recôncavo Baiano no Brasil Colonial. Durante os seus cinco anos de existência (1881-1886), o referido periódico defendeu os interesses dos escravocratas, uma vez que os seus editores eram ligados ao partido conservador, que defendia a manutenção do regime econômico pautado na força de trabalho escrava.

Não se sabe qual a sua tiragem, contudo os seus redatores, Dr. Pedro Muniz Barreto de Aragão e Olavo Góes e, nos últimos anos, Alfredo Campos, fizeram circular os seus exemplares diariamente pelas ruas de Santo Amaro da Purificação e cidades vizinhas.

As buscas dos textos incidem em dois recortes, a saber: 1) a edição e análise dos editoriais referentes ao período entre junho e novembro de 1884, do qual se ocupa uma mestrandia, com vistas a identificar as estratégias argumentativas presentes nos discursos antiabolicionistas. 2) Reunião e edição dos textos publicados entre 1881 a 1882, do qual se ocupa uma bolsista de iniciação científica do PIBIC/CNPq.

As quatro páginas do *O Echo Santamarense* traziam quatro colunas, nas quais figuravam as dez seções, a saber: *Editorial, Comunicado, Correspondência, Noticiário, Poesia, Obituário, A pedido, Anúncios, Variedades, Attenção e Edital*.

Da leitura sistemática a coleção correspondente ao ano de 1881, foram resgatados 29 textos, entre os quais figuram 13 editoriais, 7 anúncios, 5 poemas e 4 comunicados.

3. *Alguns aspectos do movimento abolicionista na Bahia a partir de uma incursão nos periódicos baianos*

Em função do tempo de que se dispõe no momento, focar-se-á, nesta seção, um aspecto histórico que se pode inferir a partir da leitura dos textos veiculados nos periódicos baianos do século XIX. Para composição do *corpus* da presente comunicação, selecionaram-se alguns textos que estão veiculados mais diretamente em torno das discussões do projeto de lei enviado à Câmara dos Deputados que culminou na promulgada Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871.

Passa-se, então, a tratar da emancipação da escravatura a partir de um olhar mediado pela leitura de alguns textos veiculados em periódicos baianos. Acredita-se que o tema abolição foi amplamente discutido pela sociedade baiana. Os periódicos estavam engajados no movimento em prol da abolição. Alguns posicionando a favor outros contra.

O periódico o *Diário da Bahia*, filiado aos ideais liberais, fazia oposição a outro periódico que também circulou em Salvador o *Correio da Bahia*, que comungava com os ideais conservadores. Os redatores do *Diário da Bahia*, frequentemente, faziam circular em suas páginas artigos nos quais acusavam o seu opositor de tratar a questão da abolição da escravatura na Bahia de forma incoerente.

Um exemplo de desta situação pode ser obtido a partir da leitura da edição de 01 julho de 1871, na qual o *Diário da Bahia* (doravante DB) faz acusações ao *Correio da Bahia* (doravante CB) de leviandade na forma em que concebem as questões atinentes à abolição. O artigo do DB inicia-se com a reprodução de um trecho de um texto do seu concorrente no qual faz comentários sobre o projeto de lei encaminhado à Câmara dos Deputados, afirmando que a escravidão, em si mesmo, não contém a necessidade da ideia da emancipação, sendo, portanto, dois fatos históricos. Os redatores do DB rebatem tal afirmativa, em tom inflamado, dizem ser “um gracejo o que diz o CB.

Enquanto os liberais do DB defendiam explícita e veementemente o fim imediato do trabalho escravo, pois acreditavam que esta prática, ao invés de contribuir para o desenvolvimento da nação, era a razão do seu retrocesso, os conservadores, inicialmente, pregavam a manutenção do regime escravocrata, entretanto, com o transcorrer do tempo e em função da grande pressão social, o redatores do CB não mais se declaram explicitamente contrários à escravidão, porém, como não poderia ser diferente, deixam entrever, em seus editoriais, os ideais escravocratas. Nesta direção, percebe-se que os conservadores acreditavam que o país deveria se esforçar na “[...] cessação do commercio em carne humanas”, contudo, não podia “abrançar a existência da escravidão no Brasil”, pois, advogavam: uma coisa era proibir a “exportação de escravos, outra o abolir a escravidão”.

Em consequência da pressão social interna e externa, o poder executivo via-se obrigado a por fim no trabalho escravo. Uma das iniciativas foi propor a elaboração de um projeto de lei que atendesse os anseios da sociedade. Tal projeto foi enviado à Câmara dos Deputados e esta instituição constituiu uma comissão, composta pelos Conservadores, para que se procedesse ao seu estudo e emitisse parecer. Ao concluir os trabalhos, a referida comissão emitiu parecer conclusivo o qual foi publicado na íntegra pelo DB publicou. Texto longo em que os relatores circunstanciavam detalhadamente todos os prós e os contras do projeto de lei enviado à Câmara dos Deputados pelo Poder Executivo.

Em síntese, afirmavam os relatores do projeto que assunto daquela natureza deveria ser resolvido com brevidade. E, para que a questão fosse solucionada, era necessário analisá-la levando-se em considerados seus cinco aspectos, a saber: suas relações com a *religião*, a *humanidade*, a *pátria*, os *escravos* e os *particulares*.

Como o projeto da referida lei propunha cinco tipos de abolição – 1) imediata ou diferida com indenização, 2) abolição imediata ou diferida, sem indenização, 3) Libertação das escravas, jazendo os homens no cativeiro, 4) meios indiretos e 5) Liberdade de ventre –, a comissão recusou as quatro primeiras proposições e declarou sua adesão a proposta de Liberdade de ventre por ser, no seu entendimento, a “verdadeiramente a disposição nova do projeto”, a “fundamental” e a “eficaz”.

Fato é que, um dia após a publicação do referido relatório, o DB fez circular em suas páginas um artigo onde acusava os conservadores de oportunistas. Uma vez que os argumentos arrolados pelos conservadores eram em prol da manutenção do sistema escravagista, pois, na concepção dos escravagistas, a ideia do fim da abolição imediata levaria o país ao caos, porque extinguiria com a mão-de-obra necessária e fundamental para o desenvolvimento da nação, bem como empobreceria os senhores proprietários de escravos, que se viam subtraídos dos seus bens.

4. *Considerações finais*

A pesquisa com periódicos do século XIX, especialmente no desenvolvimento do projeto *Edição e estudo de textos abolicionistas publicados em periódicos baianos*, autoriza afirmar que a imprensa teve um papel importante na luta em prol do término do trabalho escravo durante o Brasil Colonial.

Os periódicos foram os principais meios de propaganda e de denúncia utilizados pelos abolicionistas. Para combater a escravidão e difundir os ideais de liberdade, recorriam a vários expedientes, dentre eles, destaca-se: cobertura jornalística a eventos abolicionistas, notícias dos resultados e das solenidades do fundo de emancipação a atitudes favoráveis à causa abolicionista, divulgação de acontecimentos abolicionistas ocorridos em outras regiões do país, veiculação de denúncias contra os escravocratas e seus aliados, oferecimento de serviços de advocacia para escravos que quisessem questionar judicialmente sua liberdade, denúncia do envolvimento de membros do Partido Liberal na repressão aos abolicionistas e campanhas para eleição de candidatos ligados ao movimento abolicionista.

As inferências aqui apresentadas não têm caráter conclusivo, pelo contrário, sinalizam apenas indícios de leituras que poderão ser realizadas quando da reunião de uma quantidade significativa de textos lavrados

em solo brasileiro durante o período em que vigorou um sistema social e econômico baseado na exploração da força da mão-de-obra dos homens e mulheres africanos, por exemplo. Ao mesmo tempo em que se possa ter contribuído para a visualização do papel basilar da filologia textual na recuperação do texto enquanto testemunho do pensamento de uma época.

Destaca-se ainda que o dever do filólogo é preservar o patrimônio cultural produzido pela humanidade, recolhendo, colecionando, comparando, restaurando, restituindo-lhe a autenticidade para disponibilizar tanto para os leitores especialistas como para os leitores comuns. Conquanto, o labor filológico só terá sentido se o material recuperado e/ou restaurado for colocado à disposição da comunidade a qual o seu autor faz parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATENÇÃO. *O Echo Santamarense: jornal político, commercial e agrícola*, Santo Amaro da Purificação, 15 jul. 1881, p. 3.

DIÁRIO da Bahia, Salvador, 1 jul. 1871. Editorial, p. 1.

DIÁRIO da Bahia, Salvador, 1871.

ECHO Santamarense: jornal político, commercial e agrícola, 15 jul. 1881.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. A crítica textual a serviço da história da escravidão na Bahia. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 7-14, 2007.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de; SANTOS, Rosa Borges dos. (Orgs.) *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006.

O USO DA FORMA VOCÊ NO NORTE DE MINAS GERAIS

Maria do Socorro Vieira Coelho (UniMontes)
soccoelho@hotmail.com

1. Introdução

Neste artigo trata-se, sob a perspectiva sociolinguística variacionista, a alternativa do uso do pronome *você* e suas variantes *ocê* e *cê* no português falado nas áreas urbana e rural na cidade de São Francisco – Minas Gerais. O uso das formas de tratamento *você*, *ocê* e *cê* – a primeira, considerada a padrão e as outras duas, a ela correspondentes e consideradas não padrão – tem sido objeto de estudo de alguns pesquisadores, que, na maioria das vezes, focalizam esse uso somente no português brasileiro falado em áreas urbanas. Esse fenômeno linguístico está presente na fala de moradores de São Francisco, onde, enquanto moradora pode registrar conforme ilustram os exemplos a seguir:

- a. ...se eu te pagá três pra você bate embaixo... (E-22)
- b. ...o que qui ocê acha... meu menino tomou bomba... (E-90)
- c. ...eu achei que cê ia voltá logo pá Belorzonte... (E-617)

Essa constatação levou-me a supor que a ocorrência da forma pronominal *você* e suas variantes não vem acontecendo de maneira idêntica nas duas áreas, urbana e rural, da comunidade sã-franciscana e que, nessa comunidade, a evolução de formas/fatos da língua portuguesa aponta para mais de uma direção. Essa minha hipótese encontra suporte no estudo de Faraco (1996), que chama a atenção para a ocorrência de várias formas, não padrão, correspondentes à forma padrão *você* no português de Portugal e do Brasil e no estudo de Biderman (1972), que mostra a ocorrência de formas não padrão ao lado da forma padrão *usted*, no espanhol.

No que diz respeito ao uso da forma do português *você*, classificada pela Gramática Tradicional (GT) como um pronome de tratamento, os estudos de Ilari *et alii* (1996) e de Ramos (1997 – 1998), apontam mudanças no uso da forma *você*. Analisando o uso dos pronomes pessoais no português falado no Brasil, Ilari *et alii* afirmam que o pronome *você*, considerado como definido pela Gramática Tradicional, está sendo usado também com interpretação indefinida, como mostra o exemplo a seguir: